



CLIPPING



13 de
Outubro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EMENDA CONSTITUCIONAL

“Significa anular a instituição”, diz o chefe do MP do Pará

AMEAÇA - Segundo César Mattar Júnior, PEC resultará na interferência política direta no Ministério Público

NATÁLIA MELLO
DA REDAÇÃO

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Pará (MP/PA), César Mattar Júnior, classificou a Proposta de Emenda Constitucional nº 5/2021 como uma anulação do poder da instituição. “A Câmara e o Senado passariam a ter o controle disciplinar do Ministério Público e dos atos de execução e finalísticos da instituição. O que significa dizer que o poder político passa a controlar as ações do MP em todo o país, o que significa anular a instituição”, declarou, em entrevista por telefone à reportagem do Grupo Liberal.

A matéria foi apresenta-

da no dia 25 de março deste ano, pelo deputado Paulo Teixeira (PT/SP), e altera o artigo 130-A da Constituição Federal no que trata da composição do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências. Na prática, conforme os que são contrários à matéria, a PEC permite a interferência política direta dentro do Conselho do MP, ampliando os mecanismos de controle da atuação da instituição, acabando com a independência de atuação dos membros do Ministério Público em todo o Brasil. A PEC pode ser aprovada a qualquer momento na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O procurador-geral de Justiça no Pará afirmou que

“A Câmara e o Senado passariam a ter o controle disciplinar do Ministério Público”

a mudança seria trágica para o Ministério Público e considerou a proposta o fim da instituição nos moldes em que ela foi formada, na Constituição Federal de 1988. Se a proposta for aprovada, será possível revisar ou anular



César Mattar Júnior acredita que as mudanças poderão prejudicar a atuação independente do MP em todo o país

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

atos do Ministério Público que “interfiram” na “ordem pública, ordem política, organização interna e independência das instituições e órgãos constitucionais”. “Na prática, o Corregedor Nacional do Ministério Público passa a ser indicado pelo Congresso Nacional, mas é muito grave que essa proposta de emenda permita o poder político nas ações do Ministério Público”, declarou.

César Mattar exemplifica, ainda, como poderia se dar essa interferência na atuação do Ministério Público, e acredita que os membros da instituição virariam ‘marionetes’ que se movimentariam de acordo com o grupo político no poder. “Se uma promotoria

Mudanças propostas pela PEC

1 A representação do Ministério Público da União passa agora ser dividido entre Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho e Ministério Público Militar (três vagas). A vaga do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT será extinta, e este terá que concorrer com os Ministérios Públicos estaduais para a indicação das três vagas destinadas a esse segmento.

2 Elimina-se antiga discussão sobre a possibilidade de indicação de ministros do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça para as vagas destinadas a esses tribunais. Agora, será possível indicar ministros ou juizes, o que permitirá, caso os tribunais superiores assim o desejem, honrar o CNMP com a participação de um de seus integrantes no colegiado.

3 A Câmara dos Deputados e o Senado Federal terão mais um representante em vaga a ser preenchida em regime de alternância. Inicialmente, a Câmara dos Deputados indicará um representante e, na sequência, o Senado Federal, prevalecendo a livre escolha pelas casas parlamentares.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

qualquer age contra o foro privilegiado, por exemplo, se poderosos desmatam em excesso e o Conselho entende que está errado, ele pode simplesmente determinar que as ações dos membros do MP sejam suspensas. Viráremos marionetes nas mãos do grupo político que esteja no poder na ocasião”, concluiu.

Hoje, membros de todas as unidades do Ministério Público Brasileiro em Belém (Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar) vão realizar a entrevista coletiva para marcar posicionamento contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/2021, que interfere em garantias fundamentais para a independência do Ministério Público.

4 Eliminou-se a exigência de que o Corregedor Nacional do Ministério Público seja escolhido dentre os membros da instituição, o que permitirá a eleição de membros externos para a função.

Segundo o procurador-geral de Justiça César Mattar Júnior, os resultados disso poderão ser os seguintes:

- Ações de combate à corrupção, à macrocriminalidade e na defesa dos direitos sociais e coletivos de toda a sociedade passarão a ser regidas, também, de acordo com interesses políticos.
- Com a indicação do corregedor nacional do Conselho Nacional do Ministério Público pelo Congresso e a ocupação deste no cargo de vice-presidente do CNMP (em lugar do vice-PGR, como hoje), a fiscalização de órgãos, unidades ou cargos será comprometida.
- Dois terços do Conselho Superior do Ministério Público poderão ser escolhidos pelo procurador-geral de cada Ministério Público estadual. Ou seja, alinhado a um governador, este representante poderá usar esse poder para induzir promotores a perseguir prefeitos e políticos que tenha como adversários ou, ao contrário, para beneficiar e proteger aqueles que tenha como aliados.

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****PIONEIRA**

A OAB-PA é a primeira seccional da região Norte a tornar permanente uma comissão de igualdade racial. Por aclamação, os conselheiros seccionais aprovaram a conversão da comissão temática de temporária em permanente, além da adoção do nome de Comissão de Defesa e Promoção da Igualdade Étnico-Racial. A conquista faz parte dos objetivos do “Plano de Valorização da Advocacia Preta” para o triênio 2019-2021.

MOVIMENTO

Integrantes do Ministério Público em Belém concedem entrevista coletiva hoje às 14h30 na Escola Superior do Ministério Público da União para marcar posicionamento contra a PEC 5/2021, que interfere em garantias fundamentais para a independência do órgão, e está em trâmite no Congresso Nacional. O ato faz parte de uma série de mobilizações de membros do MP em todo o país pela rejeição à proposta.

LINHA DIRETA

O **auditor fiscal** e professor Bruno Soeiro Vieira será o palestrante do 3º Webinário da Jornada Sustentabilidade e Poder Judiciário, que começa às 17h com acesso aberto ao público pela plataforma virtual da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br